

Mais um esforço

A OPINIÃO pública foi afrontada duplamente com a decisão dos deputados de aumentarem, fora de hora, os seus próprios salários, e com o fato de que Legislativo e Judiciário encontraram um artifício que os favorece na passagem dos seus salários para a URV.

ELA descobre agora que, no mesmo impulso, o Congresso demoliu o projeto de isonomia salarial para o serviço público, ao derrubar o veto do presidente da República a dispositivos que permitem remunerações exorbitantes de funcionários.

O MINISTRO da Administração Federal, Romildo Canhim, está coberto de razões para se declarar desgostoso com tudo isso: realmente, agora, tornou-se quase impossível administrar o exército de servidores públicos sem que sobre no meio deles um vendaval de descontentamento. Pois não apenas foi consolidada a disparidade de ganhos: entronizou-se a figura do "marajá", ofensiva para quem trabalha bem e ganha pouco.

MAS o desgosto baixa, também, sobre o brasileiro comum, que não entende tanta insensibilidade em face do bem comum.

O FUNDAMENTO do Estado de direito é ético, e não jurídico ou formal — porque se apóia na noção de que todos são iguais perante a lei. Mas os fatos desta semana parecem sugerir o contrário: que a lei é mais generosa justamente para os que se encarregam da sua elaboração.

ESSE particularismo assustador e dissolvente também se apresenta como o fator que impede a revisão constitucional de prosseguir — e que atrasa, assim, uma solução duradoura para alguns dos mais sérios problemas do país.

QUANDO o Congresso delibera, por exemplo, pela manutenção do voto obrigatório, só se pode ver nisso a intenção de que nada mude na vida dos congressistas — pois o voto obrigatório é peça importante nos mecanismos que fazem girar os velhos moinhos eleitorais, alimentados pelo dinheiro e pela inércia.

O CORPORATIVISMO é um mal que pode manifestar-se em qualquer sociedade: em qualquer lugar existem interesses consolidados e muito atentos às maneiras de garantir a própria eternização.

MAS o problema se torna trágico quando, num país como o Brasil, o corporativismo se instala exatamente no caminho de mudanças fundamentais para toda a sociedade — sobretudo para as camadas mais pobres, mais sacrificadas por estruturas retrógradas.

MESMO ante o desânimo que as votações dos últimos dias provocou, no entanto, aqueles que defenderem o adiamento da revisão da Constituição farão o jogo dos grupos do contra — onde hoje se juntam alas fisiológicas e ideológicas.

ADIAR seria, tanto quanto uma derrota no campo legislativo como uma agressão à lógica, uma vez que a criação do Fundo Social de Emergência só foi juridicamente possível em face da certeza de que a revisão tinha data marcada para acabar. O prazo continua correndo, e o que se espera dos setores responsáveis do Congresso é um mutirão, em nome do mais elementar senso do dever, para aproveitá-lo até o fim.

O PIOR que pode acontecer é que esse esforço sirva apenas para mostrar ao eleitorado aqueles que são dignos do seu voto.